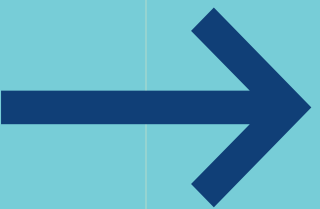


# Os desafios para a efetividade da Lei Maria da Penha

16 dias de ativismo pelo fim  
da violência contra as  
mulheres, 2018

25





## *Dimensionando o fenômeno da violência contra mulheres e meninas no mundo*



1 bilhão de  
mulheres

35% das mulheres no mundo sofreram algum tipo de violência física/sexual por um parceiro ou uma violência sexual por um não parceiro ao longo da vida  
(OMS, 2013)



38% - 47% dos assassinatos de mulheres são cometidos por seus (ex-) parceiros ou familiares, em comparação com menos de 6% dos homens (OMS 2013; UNODC 2014)

- > As mais altas taxas de assassinatos de mulheres estão na América Latina e Caribe (14 de 25 países).
- > Brasil é o 3º país em n. absolutos, 5º em n. relativos – feminicídios no Brasil correspondem a 40% do total de 23 países na América Latina e Caribe
- > Em países industrializados, a diminuição geral nas taxas de homicídio não foi seguida por um declínio equivalente nas mortes violentas das mulheres

(Small Arms Survey, 2017; Mapa da Violência, 2015; CEPAL, 2018)



## Dimensionando o fenômeno da violência contra mulheres e meninas no Brasil

**20-30% das mulheres afirmam ter sofrido violência doméstica** (Perseu Abramo, 2010; Instituto Avon/Ipsos, 2011; DataPopular/IPG, 2013; DataSenado, 2017; IFCE/IMP, 2018)

**63.880 homicídios**  
(30,8/100 mil)  
(FBSP, 2018)

93% homens **7% mulheres**  
56,5% jovens (15-19 anos)  
71,5% negras/pardas  
71,6% armas de fogo (FBSP/IPEA, 2016)

**4.539 mulheres**  
(4,3/100 mil)  
(FBSP, 2018)

5,3/100mil mulheres negras  **aumentou 15,4%**  
3,1/100mil mulheres não negras  **queda de 8%**  
(FBSP/IPEA, 2016)  
**1.133 (25%) feminicídios** (FBSP, 2018)

**Como morrem as mulheres?** assassinadas por pessoas com quem mantinha relação de afeto; jovens e adultas; maior incidência de força física e outros objetos, maior incidência de mortes no domicílio (Mapa da Violência, 2015)



## *Dimensionando o fenômeno da violência contra mulheres e meninas no Brasil*

60.018 estupros

(registros policiais)

22.918 estupros

(registros saúde)

(FBSP/IPEA, 2016)



Estimativas:

10-15% notificação = 600 mil estupros

NE: 2,42% das mulheres foram vítimas de violência sexual nos últimos 12 meses = 1,35 milhão

### Características:

- 90% meninas e mulheres
- 68% crianças e adolescentes
- 10,3% apresentam deficiência mental
- Agressores conhecidos: 73% crianças, 60% adolesc., 42% adultas
- Estupros coletivos: 56% adolescentes e adultas



*Como lidar com esse fenômeno de desigualdades estruturantes que geram tantas violências contras mulheres e meninas?*

Co-responsabilidade: estado, sociedade, indivíduos

Estado democrático de direito

- Instituições democráticas fortes – representatividade
- Legislação – não discriminação e ações afirmativas
- Políticas públicas de prevenção e resposta
- Serviços essenciais de atendimento
- Acesso à justiça

Ações de prevenção à violência, responsabilização, reparação e garantia de direitos

→ A América Latina e o Caribe é uma região avançada em termos de legislação e políticas para combater a violência contra as mulheres.

## Marcos normativos globais\_

•1975, 1980, 1985, 1995: Conferências Mundiais sobre as Mulheres

•1979: CEDAW – Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres

•1993: II Conferência Mundial de DH (Viena)

•1994: III Conferência Int. Sobre População e Desenvolvimento (Cairo)

•1994: Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres (Belém do Pará)

2001: condenação do estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica contra as mulheres (caso Maria da Penha)

•2001: III Conferência Mundial contra o Racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância (Durban)

## Marcos nacionais\_

Década 1990 – violência doméstica e familiar (leis de 1a geração)

→ 73% dos países da região

Década 2000 – leis integrais de violência contra as mulheres (leis de 2a geração) diversas expressões da violência, âmbito público e privado; consideram a diversidade de mulheres;

→ 27% dos países da região

Desde 2007 - tipificação femicídio/ feminicídio  
→ 48% dos países

### Brasil:

Lei 11.340/2006: prevenir e coibir a violência doméstica e familiar

Lei 13.104/2015: feminicídio como forma qualificada de homicídio

# Políticas públicas\_

**Anos 2000: Planos / Políticas específicas para enfrentamento da violência contra as Mulheres**

**2016: 31 dos 33 países (94%) tinham planos de ação nacionais para a eliminação da violência contra as mulheres (ou outras expressões de violência)**

## **Brasil**

**2004** Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

**2005** Política Nacional de enfrentamento à violência

**2007** Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres

**2013** Programa Mulher Viver sem Violência

→ Criação de mecanismos para promover a igualdade de gênero e impulsionar políticas públicas transversais e multissetoriais

Até 2016, todos os países da região criaram mecanismos de políticas para as mulheres.

## **Brasil**

**1985** Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

**2003** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Presidência)

**2009** SPM passa a ter status ministerial

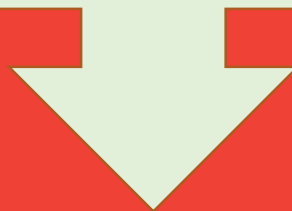
**2015** Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

**2016** SPM perde status ministerial (Ministério da Justiça e Cidadania → Secretaria de Governo → Ministério dos Direitos Humanos)



## *Contexto global e nacional atual (Rec. Geral 35/2017)*

**Concentração do poder político, econômico e financeiro**  
**Políticas de austeridade e redução dos gastos públicos**  
**Diminuição dos espaços democráticos e de participação social**  
**Deterioração do estado de direito**



**Piora das condições de vida de populações mais vulneráveis**  
**(Mulheres, pop. negras, indígena, quilombolas, migrantes)**  
**Enfraquecimento das ações estatais de promoção da**  
**igualdade**  
**→ Aumento das desigualdades e da violência**

# *Desafios à aplicação da Lei Maria da Penha*

## Titulo III, Cap. I: DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do sistema de justiça com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção

VII - a capacitação permanente dos profissionais quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

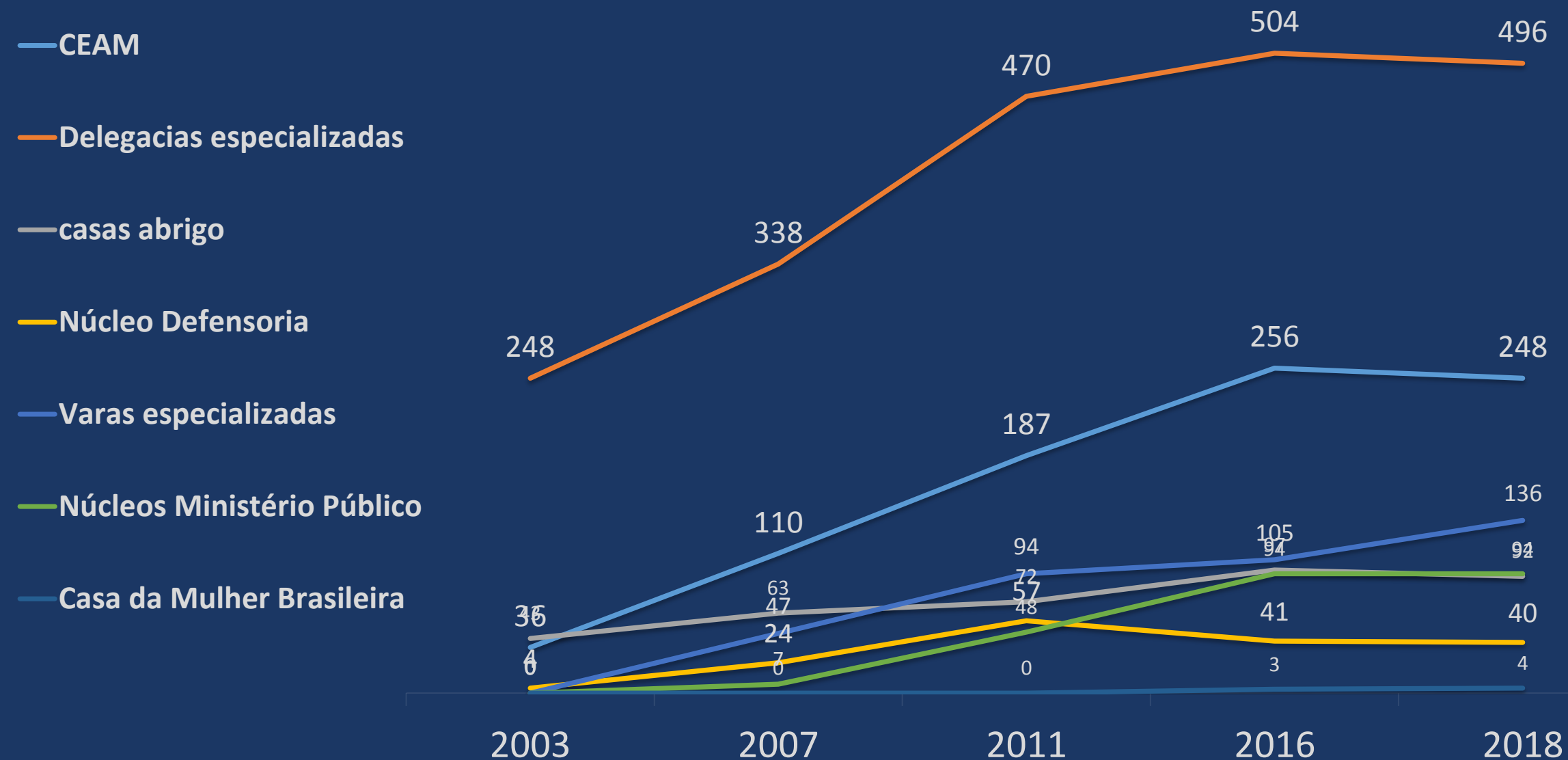
- **Enfraquecimento / extinção dos mecanismos de promoção da igualdade de gênero**

- **Diminuição do orçamento e da rede de serviços**

- **Ênfase em políticas de segurança pública em detrimento de ações multissetoriais e integradas (populismo punitivo)**

- **Tolerância social à violência**

# Estruturas especializadas\_





## *Acesso à justiça e promoção da igualdade*

- 2007 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou o relatório sobre “Acesso à Justiça para as mulheres vítimas de violência nas Américas”
- 2015 o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres das Nações Unidas publicou a Recomendação Geral n. 33 sobre o acesso das mulheres à justiça

... o Comitê observou uma série de obstáculos e restrições que impedem as mulheres de realizar seu direito de acesso à justiça, com base na igualdade, incluindo a falta de proteção jurisdicional efetiva dos Estados partes em relação a todas as dimensões do acesso à justiça. Esses obstáculos ocorrem em um contexto estrutural de discriminação e desigualdade, devido a fatores como estereótipos de gênero, leis discriminatórias, discriminação interseccional ou composta, requisitos, procedimentos e práticas em matéria probatória, e à falha em sistematicamente assegurar que os mecanismos judiciais sejam física, econômica, social e culturalmente acessíveis a todas as mulheres. Todos esses obstáculos constituem persistentes violações dos direitos humanos das mulheres.



## *Desafios à aplicação da Lei Maria da Penha pelo sistema de justiça*

- **Especialização x integração**: A forma de organização compartimentalizada da Justiça como obstáculo ao acesso à justiça:
  - varas especializadas de violência doméstica - competência exclusivamente penal
  - varas de família - não aplicam a LMP, informada pela conciliação e mediação
  - varas do júri – competência para o feminicídio
- **Persistência dos estereótipos** dos papéis de gênero e de vítima → revitimização
- Análise **individual** da existência de desigualdade de gênero
- Desrespeito à autonomia das mulheres: **criminalização**
- Debilidade da **assistência judiciária**: em todos atos processuais mulheres devem estar acompanhadas de advogada/defensora pública
- Ausência da responsabilização do Estado e **reparação do dano**

## **OBJETIVOS** **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



**169 metas globais**

*É tempo de aprofundar as nossas ações coletivas pelo fim da violência contra mulheres e meninas, de uma vez por todas.*

*António Guterres,  
Secretário-Geral da  
ONU*





# *Acesso à justiça e promoção da igualdade*

**169 metas globais com foco nos chamados “5 Ps”:  
pessoas, parcerias, planeta, prosperidade e paz.**





Obrigada!

[aline.yamamoto@unwomen.org](mailto:aline.yamamoto@unwomen.org)